



JOGOS OLÍMPICOS E TELEVISÕES ABERTAS: QUEM SERÁ “MAIS BRASIL” EM LONDRES/2012 ?

"A Globo não escondeu o Pan, escondeu o Brasil"

Honorilton Gonçalves, vice-presidente da Rede Record

INTRODUÇÃO: justificativa, problema e objetivos de pesquisa

Tão logo os Jogos Panamericanos de Guadalajara/2011 foram encerrados, o vice-presidente artístico e de programação da Record, Honorilton Gonçalves, concedeu entrevista ao portal UOL e acrescentou mais um agravo ao debate público que aquela rede de televisão estabeleceu com a Globo, desde que obteve os direitos de imagem/televisionamento do Pan/2011 para todo o Brasil. Contraditoriamente ao procedimento comercial (legal!) da sua emissora, que adquiriu a exclusividade da transmissão do Pan e, com isso, impediu, por contrato, que as demais redes pudessem até mesmo gerar imagens de flagrantes jornalísticos nas arenas, piscinas e demais os espaços de disputas esportivas, inclusive a Vila Olímpica, Gonçalves “acusa” a Globo de ter escondido, mais que o Pan, o próprio Brasil, dos torcedores brasileiros!¹

Na verdade, trata-se apenas de mais um dos acontecimentos extra-campo esportivo que incrementaram essa nova experiência vivida pelos torcedores brasileiros, ao menos para aqueles com até 30 anos, pois desde a década de 80, quase todos os grandes eventos esportivos mundiais foram transmitidos, com exclusividade, pela Rede Globo de Televisão. E, logicamente, com a exclusão das demais redes de televisão, prática concorrencial discutível e agora replicada pela nova emissora detentora dos direitos sobre os esportes olímpicos na TV aberta brasileira e dos Jogos Panamericanos, estes até 2019!

¹ <http://pan.uol.com.br/2011/ultimas-noticias/2011/10/31/globo-nao-escondeu-o-pan-escondeu-o-brasil-acusa-vice-presidente-da-record.htm> [31/10/2011 09:40:22]

Se, da perspectiva da democratização do acesso à informação na mídia, a troca de uma cobertura esportiva exclusiva (normalmente, da Globo) por outra, igualmente exclusiva (agora, a Record), não representou nenhum avanço nos direitos do telespectador-cidadão, o processo de mudança observada na transmissão do Pan/2011 pode representar um bom objeto de observação e análise ao olhar acadêmico que se interessa pelo tema esporte/mídia. Uma pergunta poderia sintetizar a questão: em termos jornalísticos, o que a Record fez com a exclusividade adquirida e o que as demais emissoras de televisão fizeram com o acesso restrito ao evento?

Obviamente, não é nossa intenção traçar um grande balanço da cobertura do Pan/2011², mas é possível identificar três posições relativas à televisão brasileira: a) a Globo, antes soberana, tateou a esmo durante as duas semanas dos jogos, ora ignorando a competição, sonogando informação aos seus telespectadores, ora fazendo uma cobertura jornalística fraca, indecisa, com erros grosseiros e absoluta falta de planejamento; b) as demais emissoras abertas ou por assinatura, igualmente impedidas legalmente de produzir coberturas que ferissem os direitos exclusivos adquiridos pela Record, limitaram-se a divulgar aspectos técnicos do Pan/2011, como o quadro de medalhas, e a dar destaque para alguns medalhistas brasileiros; c) já a Record, essa pagou o preço da sua própria falta de experiência em cobrir grandes eventos esportivos; sofreu com a ausência de uma linha editorial clara, que organizasse operacional e jornalisticamente a cobertura, gerando confusões na sua grade de programação; escalou narradores que desconheciam algumas modalidades e recorreu a comentaristas ex-atletas, que definitivamente não fazem jornalismo esportivo porque não sabem, não foram preparados para isso; comportam-se ora como torcedores, ora como *popstars*, como foi o caso do ex-atacante e hoje deputado Romário !

Tais reflexões preliminares poderiam ser desenvolvidas e aprofundadas, mas provavelmente chegaríamos a uma conclusão que previamente podemos vislumbrar: de que o sofrido telespectador brasileiro da TV aberta sobreviveu a mais uma cobertura exclusiva, tendo sua dignidade e o respeito à sua livre escolha pelo direito de se informar

² Um conjunto de postagens feitas pelo jornalista Erich Beting em seu blog, visando promover a um balanço da cobertura do Pan/2011 pela Rede Record, serve de base para essa nossa reflexão. Ver em: <http://negociosdoesporte.blogosfera.uol.com.br/2011/11/>

outra vez aviltados pelo novo monopólio esportivo formado. E ainda teve que ficar assistindo a uma série de comparações inúteis e provocações da Record à Rede Globo, numa disputa cujo objetivo não é saber quem informa melhor e com mais qualidade, sob o juízo do cidadão, mas apenas decidir que, se você “Está na Record, está com o Brasil!” ou se acredita que “Globo, a gente se vê por aqui!” Parece-nos que a disputa simbólica quer saber, enfim, “quem é mais Brasil”!

A questão estaria resolvida e as conseqüências antes referidas debitadas mais uma vez no longo passivo cultural do desassistido telespectador brasileiro não fosse um significativo detalhe: esses episódios podem se estender e se repetir, daqui a um ano, num evento de muito maior magnitude e tradição, e desenvolvido num país cuja língua, não latina, tende a tornar ainda mais complexa a sua cobertura: os Jogos Olímpicos de Londres/2012 (JO/2012) terá, mais uma vez, cobertura exclusiva da Record!

Se os Panamericanos nunca haviam sido um evento “do gosto” dos brasileiros e mesmo a Globo, com direitos exclusivos, investia pouco em sua transmissão (exceção à sua edição em solo brasileiro, o PanRio/2007), os Jogos Olímpicos, ao contrário, tem sido, até então, um carro-chefe na programação esportiva da emissora carioca, que envia várias equipes de reportagem para a sede do evento, ancora de lá telejornais e programas, abre espaço na sua grade várias para inserir transmissões “ao vivo”, e, sobretudo, aplica aos jogos o seu alardeado “padrão Globo de qualidade”. A transferência da exclusividade para a Record representa, sem dúvida, uma ruptura importante no modelo tradicional de cobertura da mídia esportiva nacional, por isso o interesse em acompanhar sua ação em um evento de maior envergadura como os JO/2012.

Diante do quadro acima descrito, colocamo-nos, como um observatório da mídia esportiva, a seguinte situação-problema de pesquisa: como a Record irá preparar-se, promover o agendamento e, finalmente, proceder a cobertura jornalística dos JO/2012, comparativamente às demais emissoras de televisão de sinal aberto do país?³

Entendemos que estudos com esse tipo de abordagem, a exemplo do que o LaboMidia vem fazendo em relação a outros eventos esportivos nacionais e internacionais,

³ Chamamos a atenção aqui para o fato de que será analisada apenas a cobertura jornalístico-esportiva das emissoras; isso porque, havendo uma detentora de direitos exclusivos de transmissão dos JO, isto é, das disputas esportivas propriamente ditas, não caberia um estudo comparativo dessa com as demais, senão por um viés que, em tese, é livre a todas as emissoras, o jornalismo.

ajudam a compreender como o discurso midiático-esportivo articula, produz e distribui um conjunto de representações sobre o esporte, notadamente o de alto rendimento, representações essas que costumam servir de referência para as demais manifestações esportivas, do educacional ao esporte recreativo e de lazer, ou seja, naquilo que podemos chamar de cultura esportiva.

Nesse sentido, agentes sociais que atuam no âmbito do esporte de lazer, bem como professores de Educação Física escolar, poderão ter em estudos como esse a possibilidade de encontrar fundamentos para suas intervenções sociais com vistas à superação do entendimento do modelo espetacularizado de esporte veiculado pela mídia, objetivando proporcionar novas e esclarecidas relações dos cidadãos com a sua cultura esportiva. Sobretudo porque, nos próximos anos, especialmente de 2014 a 2016, com a realização da Copa do Mundo da FIFA e dos Jogos Olímpicos no Brasil, tende a haver uma massificação de tal discurso midiático-esportivo, instando professores e agentes sociais de esporte e lazer a pensarem alternativas em suas práticas pedagógicas.

O objetivo principal de pesquisa será observar os programas de jornalismo esportivo da Record e das demais emissoras/redes de televisão de sinal aberto que apresentam programação jornalística, para descrevê-los e caracterizá-los, visando traçar comparações entre os seus discursos midiático-esportivos sobre a preparação e a cobertura dos JO/2012.

Embora nosso foco sejam as emissoras de televisão de sinal aberto, pretendemos subsidiariamente recolher matérias pertinentes ao tema de estudo (reportagens, entrevistas, material de blogs e outros, sobre os JO/2012) disponíveis nos principais portais de informações na internet.

Do objetivo geral decorrem algumas questões de investigação aqui elencadas preliminarmente, que poderão ajudar a orientar o desenvolvimento da pesquisa:

1. A Record fará e tornará pública uma auto-avaliação da cobertura do Pan/2011? O assunto será oficialmente tratado pela própria emissora e/ou no R7? E as demais emissoras e sites, também farão essa avaliação?
2. Quais os principais acertos identificados e quais as críticas mais eloqüentes?
3. Quando e de que forma(s) a Record e as demais emissoras começarão a agendar em sua programação jornalística e esportiva a realização dos JO/2012?

4. Quais as características desse agendamento, especialmente na Record, isto é, a ênfase será nos Jogos Olímpicos, na cobertura esportiva ou na questão da exclusividade?
5. Como a Globo e demais emissoras não detentoras dos direitos de cobertura tratarão dos jogos no período pré-evento (p. ex., de março a julho/2012) em sua programação jornalística e esportiva?
6. No período dos jogos propriamente ditos (27/7 a 12/8/2012), quais as estratégias de divulgação de informação jornalística dos JO/2012 na rede Record e nas demais emissoras de televisão?
7. Que comparações quantitativas podem ser feitas entre a Record e as demais emissoras quanto a: número de programas que veiculam informações sobre o tema, tempo médio das informações veiculadas, número de modalidades esportivas divulgadas e tempo destinada a cada uma delas, etc ?
8. Do ponto de vista de uma análise crítica do discurso jornalístico-esportivo, quais linhas editoriais e enquadramentos balizarão as matérias das emissoras pesquisadas quanto à cobertura dos jogos?
9. Que temas circundam o discurso jornalístico-esportivo das emissoras pesquisadas, para além do estritamente esportivo? Sobretudo, há comparações e/ou críticas entre elas?

CONSTRUÇÃO PRELIMINAR DO QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

Nossa intenção é apresentar aqui alguns elementos teórico-conceituais preliminares, que ao longo da pesquisa serão desenvolvidos para auxiliar na reflexão sobre a conjuntura atual dos meios de comunicação, do jornalismo, do esporte e suas implicações para o campo midiático e esportivo.

Entendemos que tal enfoque é importante porque o pano-de-fundo estabelecido é a necessidade (e dificuldade) em se produzir um marco regulatório sobre a comunicação de massa no país, que passa necessariamente, entre outros pontos, pelo enfrentamento dos monopólios midiáticos, das propriedades cruzadas de meios (proibidas pela constituição) e do direito do cidadão de acesso a informações de interesse público, neste caso, sobre o esporte olímpico⁴.

A 1ª CONFECOM – Conferência Nacional de Comunicação – promovida pelo governo federal e realizada em 2008, é a prova cabal da dificuldade do estado e da sociedade brasileira em enfrentar os monopólios midiáticos estabelecidos como marca registrada da comunicação social brasileira. Boicotada pela ABERT e pelo sistema Globo, na companhia de várias outras empresas do setor, a Conferência quase se esvaziou, constituindo-se meramente num espaço privilegiado para críticas e para a indicação de alguns encaminhamentos, todos eles, porém, carentes de intervenção do Congresso Nacional - o mesmo que desde a Constituição de 1988 vem barrando o debate e aprovação de um novo marco regulatório da comunicação no país (DANTAS, 2009).

O grande empresariado midiático nacional tem imposto aos governos e à sociedade civil organizada, sob ameaças políticas veladas ou nem tanto, sucessivos retrocessos na discussão sobre o marco regulatório das comunicações, centrando suas baterias contra o tema da criação de mecanismos de controle social da mídia, o qual denunciam como uma forma de re-instituição da censura à imprensa (BARROS, 2011).

Assim, no desenvolvimento da pesquisa, pretendemos aprofundar essa discussão sobre a necessidade, do ponto de vista da democratização do acesso à informação, da criação de uma lei geral dos meios, que trate, por exemplo, do compromisso educativo, não

⁴ Vale ressaltar que, pela ausência de um marco regulatório atualizado, as concessões e o funcionamento da televisão brasileira de sinal aberto ainda são majoritariamente regidos pelo Código Nacional de Telecomunicações (Lei n. 4117/1962) e pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52795/1963). Ver Jambeiro (2002) e Simões e Neto (2005).

cumprido, constante das concessões das emissoras de televisão no Brasil. Segundo Lopes (2011), o que se verifica é que as narrativas sobre marco regulatório na TV brasileira são construídas a partir de uma intencional confusão entre público e privado, sem considerar a condição de concessões públicas das emissoras de televisão e rádio.

Outra tematização que consideramos necessária incluir em nossa discussão, tendo em vista o recorte contextual que decidimos fazer na pesquisa, refere-se à discussão sobre o negócio dos direitos televisivos do esporte, sobretudo dos megaeventos esportivos, que tem se colocado em flagrante desrespeito ao direito jornalístico de informar e da população, de ser informada. Não há dúvidas que a negociação dos direitos televisivos dos maiores eventos e campeonatos tem contribuído para a elevação do nível técnico de atletas e equipes, em vista das possibilidades de profissionalização que ela oferece. Assim é nos países mais desenvolvidos, nos quais, de maneira geral, o esporte é tratado como uma *commodity* que passa ao largo da regulação do Estado (AREIAS, 2000). No Brasil, com exceção do futebol, e ainda assim de forma precária, os demais esportes tem nesse tipo de financiamento um dos componentes mais frágeis do seu esquema de receitas, mantido sobretudo por renúncias fiscais (leis de incentivo ao esporte) e/ou a lei Agnelo/Piva. Isso se dá pela baixa visibilidade das demais modalidades esportivas na televisão, especialmente de sinal aberto, e pela falta de enraizamento das modalidades na cultura esportiva do país.

Um dos poucos pesquisadores da área, e que será uma das principais fontes de consulta no desenvolvimento desse tema em nossa pesquisa é o professor Marcelo W. Proni, economista e professor da Faculdade de Educação da UNICAMP e doutor em Educação Física pela mesma universidade. Em duas das suas obras, encontramos referências preliminares que tratam: a) da expansão dos negócios envolvendo sobretudo direitos de transmissão e patrocínios nos esportes olímpicos (PRONI, 2008-a) e b) de uma leitura economicista dos Jogos Olímpicos (PRONI, ARAÚJO e AMORIM, 2008-b).

Ainda quanto à bibliografia a ser consultada para a construção dessa discussão específica, damos destaque ao livro Legados dos Megaeventos Esportivos (RODRIGUES *et al.*, orgs., 2008), uma ampla coletânea de artigos e transcrição de depoimentos que incluem documentos relacionados a vários aspectos do chamado “negócio do esporte”, ainda que sua centralidade seja a política de legados.

Apresentamos a seguir um recorte de temas, já parcialmente desenvolvidos, a título de um roteiro preliminar, para dar continuidade à produção do nosso quadro teórico-conceitual de referência, incluindo: a) a reflexão de que há no jornalismo, e são diversos entre si, o interesse público e o interesse do público quanto à informação, b) os desafios atuais ao campo do telejornalismo esportivo, c) as relações de esporte e televisão e suas conseqüências na cultura esportiva da sociedade.

1) Informação e entretenimento: entre o interesse público e o interesse do público

Com as novas tecnologias digitais surgidas no campo da comunicação, notadamente, a internet, altera-se todo o conjunto de processos relativos à informação: a produção, a distribuição e a recepção (VIDAL, 2010).

O jornalismo em tempo real ou *on line* faz com que a produção e a distribuição da informação ocorram quase simultaneamente nos portais e sites, que são acessados logo a seguir pelos receptores, inclusive alertados por mecanismos automáticos que “informam” a divulgação de novas informações (*feeds* do RSS - *Really Simple Syndication*). Isso implica que a velocidade, tanto na apuração/produção da notícia e na sua disponibilização, quanto, e até por conseqüência, na própria forma de recepção e consumo da informação, leva a uma crescente superficialidade nos processos informacionais.

Do lado do jornalista, há uma convicção de que matérias mais elaboradas e consistentes, que exijam do receptor informações prévias (mapas de significados) sobre o assunto e maior dedicação à leitura e compreensão, tendem a não ser aprovadas ou acolhidas apenas parcialmente. Do ponto de vista do receptor, este se interessa cada vez mais pela instantaneidade da informação do que pela qualidade do conteúdo informado. Referindo-se à mídia impressa, Schmitt e Oliveira (citados por VIDAL, 2010) afirmam que isso parece garantir que o jornal “chegará às mãos do leitor adaptado ao seu gosto e às suas preferências individuais”. Em outras palavras, além da fragmentação do espaço público como esfera de discussão e produção da cultura, o universo informacional do receptor tende a tornar-se cada vez mais restrito, sendo construído e realimentado pelo tipo de informação que recebe e consome. Nesse pacto de mediocridades, a informação deixa de ter um caráter de *interesse público* e assume uma dimensão de *interesse do público*.

A distinção entre esses dois conceitos vai muito além da presença ou não da preposição. Para Vidal (op. cit., p. 4):

Pode-se conceituar a notícia de *interesse público* como aquela que contribua para o desenvolvimento intelectual, moral e físico do cidadão, com informações que possibilitem ao leitor refletir e tomar decisões em relação ao governo, à saúde, à segurança, à educação, ao trabalho, enfim, exercer a cidadania. Em suma, a notícia de interesse público tem agregado ao seu valor-notícia um valor de cidadania. É o valor que possibilita ao cidadão ter integração e participação na vida em sociedade (sem grifo no original).

Destacamos aqui a noção de que o interesse público tem uma dimensão formativa para a cidadania, sendo útil tanto individual quanto coletivamente, porque diz respeito à sociedade (ou pelo menos parte dela) e ao sujeito, que através dessa informação, passa a dispor de informações compartilhadas, que lhe permitem fazer escolhas e levam à condição de maior autonomia.

Já o *interesse do público* refere-se àquelas informações destinadas a saciar uma curiosidade mais imediata do receptor, seja ela dramática ou insólita, pela vida de celebridades ou de natureza mais específica, curiosidade essa forjada em grande parte, como vimos, pelos mecanismos jornalísticos de endereçar a informação conforme o desejo do público. Tem a ver, portanto, com a privacidade e a intimidade do sujeito e remete, via de regra, para o plano do entretenimento, gênero no qual os esforços da mídia na formação de gosto do telespectador parecem surtir maior efeito de adaptação e fidelização.

Transportando esses tipos de interesses para o campo esportivo, podemos dizer que a transmissão dos jogos, em face da sua espetacularização, constitui-se em interesse do público, visto tratar-se de um entretenimento midiático. Por outro lado, a cobertura jornalística, contendo informações relativas à realização dos eventos, seus contextos factuais (programa, resultados, classificações, entre outros) e sobre as modalidades esportivas, por exemplo, pode ser tomada como exemplo de interesse público.

À luz do conceito de *valor-notícia*, que trata dos critérios de noticiabilidade (WOLF, 2001), essa dicotomia em relação à informação midiática também pode ser concebida como *notícias importantes*, aquelas de interesse público, e *notícias interessantes*, que se destinam ao interesse do público, conforme Correia (1997, citado por HATJE e BIANCHI, 2006).

Finalizando provisoriamente esse tópico, podemos aduzir que a transmissão televisiva dos eventos esportivos caracteriza-se como entretenimento, podendo gerar notícias interessantes ou informações de interesse do público, aquele interessado em assistir tanto as suas solenidades quanto as disputas esportivas propriamente ditas; já as informações relativas à programação, resultados, quadro de medalhas, conhecimento sobre as modalidades, (além, é claro, de outras informações relacionadas, como por exemplo, questões econômicas ou políticas do esporte, mobilidade urbana, legados, etc.), que constituem o que estamos aqui chamando de cobertura jornalística, podem ser configuradas como notícias importantes ou informações de interesse público, porque dizem respeito a todos os cidadãos do país, que se encontram representados por atletas e equipes nacionais em disputa.

Desse modo, quando uma emissora detentora de direitos exclusivos de transmissão restringe a cobertura jornalística das demais ou quando emissoras não detentoras de tais direitos deixam de fazer o acompanhamento jornalístico de tal evento (até mesmo porque assim evitam alertar a sua audiência para a emissora concorrente!), estamos diante do mesmo tipo de sonegação de informações de interesse público, ambos os casos lesivos ao direito cidadão de acesso à notícia.

2) Desafios ao campo do telejornalismo esportivo

No campo jornalístico, o esporte sempre foi considerado como um assunto não-sério, abordado normalmente por alguns poucos entusiastas, que muitas vezes se confundem com os próprios torcedores, e por profissionais recém-ingressos no campo ou com dificuldades de fixação em editorias mais importantes. Tal visão reflete-se na própria formação acadêmica do jornalista, que dificilmente pauta em seus currículos disciplinas ou outras experiências pré-profissionais tomando o esporte como objeto de estudo.

Não temos elementos para julgar se mudanças significativas vem ocorrendo na formação acadêmica, mas no campo profissional, em virtude da capacidade de captar publicidade e patrocínios, o esporte passou a ser visto como um assunto interessante, ao menos para a editoria de economia, que entendeu a importância econômica do “negócio do esporte” (SILVA; PIRES, 2009). Sobretudo agora, quando o país passou a viver a chamada

década do esporte (2007–Pan/Rio até 2016-JO/Rio) e que grandes investimentos vem sendo realizados em infraestrutura viária, aeroportuária e esportiva.

Cabe, então, uma problematização ao jornalismo esportivo, referente a discussão sobre qual o seu papel no âmbito das coberturas dos megaeventos que acontecem no período referido no Brasil. Um fato que precisa ser acrescentado é que, não de hoje, o esporte vem se inserindo cada vez mais no campo do espetáculo e do entretenimento de massa, e isso significa uma dificuldade a mais para o fazer jornalismo no âmbito esportivo. O jornalismo esportivo tem contribuído muito mais para construir ídolos e mitos para o espetáculo esportivo do que cumprir com seu pressuposto profissional que informar com ética aquilo que é do interesse público (BARBEIRO; RANGEL, 2006, citados por GURGEL, 2009).

Em outras palavras, parece que o jornalismo esportivo não cabe mais nas expectativas e parâmetros do conceito, da técnica e do próprio objeto de cobertura jornalística (GURGEL, 2009). A informação e entretenimento esportivo entrelaçaram-se, tendo como pano-de-fundo os aspectos mercadológicos (direitos de imagem, patrocínio, publicidade, etc.). A pergunta que o autor formula é se ainda é possível pensar num jornalismo clássico, voltado à informação esportiva, em tempos de mercadorização/espetacularização do esporte?

Por conta do atual momento do esporte, de grande concentração dos meios e de dependência crescente das verbas de patrocínios, as coberturas esportivas na televisão aberta tem se limitado a uma gama pequena de esportes e de eventos esportivos a serem acompanhados, numa lógica de não dividir demais o bolo (verbas publicitárias), quando até mesmo a tradição esportiva tem sido cotejada pelas expectativas financeiras que tais esportes e eventos podem efetivamente concretizar. Neste sentido, haveria ainda espaço para um jornalismo esportivo que incentive práticas culturais voltadas para a cidadania e para a construção de uma sociedade melhor?

As dificuldades para responder a tais questionamentos começam já pela própria caracterização do jornalismo esportivo, que pode ser considerado um subgênero do gênero jornalístico televisivo⁵. Não há dúvidas de que um dos elementos identificadores do

⁵ Martin-Barbero (1995, citado por SILVA, 2005) considera os gêneros como estratégia de comunicabilidade entre o programa e o telespectador, promovendo a interação entre ambos. Além de orientação a produção, o gênero é muito mais uma estratégia de leitura, que facilita a interpretação do conteúdo.

jornalismo esportivo na televisão é a informalidade, tanto do ambiente quanto do texto, estilo inaugurado pelo Esporte Espetacular da rede Globo, desde 1973, seguido hoje pelo Globo Esporte (SILVA, 2005). A autora cita Décio Lopes, um dos editores do programa, que através do site do Globo Esporte afirma: “[...] o esporte estava passando por uma mudança que a televisão não tinha entendido. Nossa proposta foi transformar um fato esportivo em evento de entretenimento”, revelando uma tendência geral do telejornalismo. Pautas mais leves, notícias contadas de forma jocosamente dramática, locução direta com o telespectador⁶ são algumas das estratégias. Assim, temas mais informativos, relacionados às interfaces do esporte como “temas mais sérios”, como a economia e a política, deixam de fazer parte da pauta de “novo” telejornalismo esportivo.

Outra dificuldade para se definir a identidade desse subgênero está na sua associação com um tipo de programação híbrida, meio jornalismo e meio entretenimento (ou muito entretenimento, em alguns), que são as mesas-redondas na televisão, em que debatem-se fatos do esporte, emitem-se opiniões, conversam-se com os atores do esporte (técnicos, atletas convidados), ouvem-se os comentários dos telespectadores, sorteiam-se prêmios e fazem-se muita publicidade e *merchandising*.

O campo jornalístico-esportivo tem o desafio profissional de buscar o equilíbrio entre o espetáculo esportivo, que precisa cobrir, e as demais demandas da sociedade por esporte e lazer que garanta o acesso e a participação de todos. Neste sentido, MALULY (2010), trata de algumas propostas visando a refundação da atividade do jornalismo esportivo, notadamente diante das responsabilidades de informar com qualidade para além do futebol⁷. Para o autor,

Os jornalistas [esportivos] estão envolvidos na dura tarefa de cobrir os eventos [olímpicos] e, ao mesmo tempo, estarem atentos e desconfiados quanto à questão dos investimentos em infraestrutura, que envolve desde o desenvolvimento das várias modalidades, especialmente as pouco conhecidas [...], até a questão política de saber quem são os integrantes das comissões fiscalizadoras (MALULY, 2010, p. 3)

Entre outras sugestões para o fazer jornalístico, ele refere-se a: a) envolvimento do jornalista com outras modalidades esportivas, seja praticando, seja como um observador

⁶ Inaugurado pelo “alô, você!”, célebre bordão do veterano apresentador Leo Batista.

⁷ Segundo o autor, o futebol, por estar envolto numa atmosfera de paixão e ser “entendido” por todos, tem maiores dificuldades em se recriar.

mais próximo (da mesma forma que o jornalista de futebol pratica a modalidade ou a acompanha cotidianamente); b) conhecimento de suas regras, termos técnicos, táticas, etc.; c) criação de um banco de dados próprio sobre as modalidades olímpicas [porque as emissoras dificilmente dispõe desse arquivo], contendo informações sobre suas formas de organização, resultados mais expressivos de países e atletas, trajetória esportiva dos mesmos, etc. d) muito cuidado com assessorias de imprensa, sobretudo *releases* (material impresso distribuído) e *briefings* (pequenas entrevistas), porque embora se trate de informações, essas tendem a ser matizadas pelos interesses dos representados (atletas, clubes, instituições).

Nesse universo de ações que desafiam o jornalista esportivo na apuração e escrita da informação, há ainda a obrigação de repensar as formas da sua apresentação. De o modelo fulcrado no entretenimento é o que vige, é preciso muita criatividade para, apesar disso, informar com clareza, isenção e responsabilidade social. O jornalismo esportivo pode ser uma ferramenta para a consolidação da democracia no país, incentivando e dando visibilidade a movimentos sociais organizados que se coloquem na contra-corrente da espetacularização do esporte (GURGEL, 2009). São exemplos disso, os movimentos populares de resistência de comunidades atingidas por obras dos megaeventos ou a organização autônoma de associações de esportes amadores, normalmente ausentes dos noticiários esportivos rendidos à lógica do espetáculo.

3) O esporte na mídia e a cultura esportiva: interfaces, entraves, possibilidades...

O jornalismo esportivo no Brasil possui papel importante no que se refere à formação da opinião pública sobre o esporte e suas manifestações na sociedade. É possível dizer que a atuação dos meios de comunicação, especialmente a televisão aberta, não se restringe a apenas informar/atualizar o telespectador sobre resultados, mas promove também o agendamento de eventos esportivos (MEZZARROBA; PIRES, 2010), faz transmissões “ao vivo” e seus especialistas nos dizem o que é esporte e o que é ser esportista. Nesse sentido, a televisão produz aquilo que Betti (2009) chama de uma cultura esportiva da mídia, dotada de representações e sentidos sobre o esporte, que são específicos dos meios de comunicação, mas que vem conformando cada vez mais a cultura esportiva da sociedade, tornando o conhecimento e a prática esportiva algo exclusivo aos

que conseguem superar a barreira imposta pelo modelo do entretenimento do noticiário esportivo na televisão.

Consequentemente, isso nos leva a uma “inversão de sentidos da experiência”, já que, influenciados por essa cultura esportiva difundida pela mídia, os espectadores passam a se aproximar do esporte veiculado pela televisão (o esporte-espetáculo, cf. BETTI, 1998) por meio dessa mediação tecnológica, estabelecendo uma relação de meros consumidores de produtos midiáticos e deixam de lado a experiência formativa que pode ser oportunizada pela prática do esporte e do lazer (PIRES, 2003).

Por outro lado, reconhecendo que os meios de comunicação se constituem como uma das principais agências formadoras da educação humana no seu sentido amplo, acreditamos que o jornalismo esportivo quando produzido com qualidade e comprometido com a transmissão de notícias com caráter formativo pode contribuir para a construção de uma cultura esportiva nacional do ponto de vista da sua apropriação técnica (informando sobre formas de jogar, regras, nomes de modalidades, etc.) do esporte e do seu aprofundamento (instigando o pensamento reflexivo quanto as questões sócio-culturais e político-econômicas que circundam o esporte) pelo público espectador.

Esse é outro tema que será aprofundado no decorrer da pesquisa, uma vez que pelo acompanhamento do telejornalismo esportivo das emissoras observadas pretende-se compreender que tipo de contribuições (ou limitações) esse traz para a ampliação da cultura esportiva do cidadão brasileiro.

ESCOLHAS E TRILHAS METODOLÓGICAS

Conforme é típico em pesquisas que se inserem no campo dos estudos de observatórios de imprensa, podemos caracterizar essa investigação, quanto ao tipo de enfoque sobre o recorte da realidade, como um estudo observacional-descritivo (CHRISTOFOLLETI; MOTTA, 2008), cuja abordagem em relação aos Jogos Olímpicos de Londres/2012 objetiva compreender e interpretar a dimensão informativo-jornalística da mídia televisiva.

Neste sentido, pretendemos recolher dados presentes no (e sobre o) discurso midiático-esportivo da programação jornalística da Rede Record de televisão, bem como de outras emissoras de televisão em sinal aberto que operam em rede nacional e dispõem de programação jornalística que inclua o esporte olímpico. Em princípio, são elas: a Rede Globo, a Bandeirantes, o SBT, a Rede TV e o sistema público coordenado pela Rede Brasil de Televisão (RBTV). Subsidiariamente, iremos acompanhar e recolher material disponível sobre o evento e sobre a cobertura das emissoras de televisão que estaremos observando nos principais portais de notícias na internet, a saber: R7 (Record), G1 (Globo), UOL e Terra.

A definição dos programas jornalísticos a serem acompanhados e analisados em cada emissora de televisão acontecerá após um exercício-piloto de observação, a ser realizado no mês de março/2012, quando serão observadas e analisadas as grades de programação das emissoras selecionadas. O critério de inclusão é que sejam programas de telejornalismo e que dêem algum destaque para notícias esportivas, além do futebol profissional.

Como base teórico-metodológica para essa análise comparativa das coberturas entre as emissoras de televisão, pretendemos nos valer da Análise dos Enquadramentos (*frame analysis*), que se constitui num campo teórico ainda relativamente novo nas pesquisas em Comunicação no Brasil. As primeiras aplicações do conceito de enquadramento datam dos anos 80 e 90, principalmente em análises que focam a cobertura política nos meios de comunicação.

Segundo Traquinas (2001, citado por JAENISCH, 2011), a teoria do enquadramento é uma construção teórico-metodológica que tem como base os estudos do interacionismo

simbólico de Erving Goffman (teoria do espelho), e uma releitura dos mesmos para o jornalismo, feita por Tuchman.

Conforme Robert Entman (1994, citado por MESQUITA, 2011), enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma dada realidade e fazê-los mais destacados em uma narrativa midiática, de maneira a promover uma definição particular do problema e propor interpretações causais ou avaliações morais sobre o tema descrito. Anabela Carvalho (2000, citado por ANTUNES, 2009) refere-se à teoria de *frames* como formas ligadas à estruturação do discurso, uma espécie de pano de fundo que, a partir de determinados elementos postos em evidencia (ou, ao contrário, obscurecidos), organiza a construção e propõe uma interpretação dos textos midiáticos.

É razoável supor que as escolhas relativas ao ato de enquadrar estejam intimamente ligadas à ideologia do jornalista e do veículo (projeto editorial), ou ainda a interesses comerciais, sobretudo desse. Nesse sentido, destaca Mesquita (2011), a análise de enquadramento refere-se à busca de compreender as ideologias e outras preferências presentes em um discurso jornalístico.

Se os estudos de *agenda-setting* têm mostrado resultados importantes sobre **o que** a mídia impõe como assunto relevante e que se integra à agenda social, a análise do enquadramento explicita **como** ela divulga determinado acontecimento, ou seja, como o jornalista nos diz sobre os acontecimentos que noticia. A teoria dos frames pode ser até mesmo considerado um segundo nível dos estudos de agendamento (GUTMANN, 2006).

No campo da mídia esportiva, Sanfelice (2007) utilizou-se da análise de enquadramento para comparar as narrativas empregadas por dois jornais brasileiros para agendar, criar expectativas e noticiar a participação da ginasta Daiane dos Santos nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004.

Para a organização e análise do material recolhido no campo observado, recorreremos a elementos da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Essa sistematização/discussão dar-se-á através da construção de categorias empíricas de análise, isto é, identificadas e extraídas do material coletado. As descrições e interpretações sobre os enquadramentos procedidos ocorrerão de forma simultânea, isto é, internamente a cada rede de televisão analisada e de maneira comparativa entre as emissoras investigadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE PESQUISA

a) Infra-estrutura física e tecnológica:

A presente pesquisa está sendo proposta por um grupo consolidado junto ao Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2003, com registro certificado pela instituição junto ao CNPq (ver em: www.labomidia.ufsc.br). Apesar de concorrermos individualmente, como grupo (categoria 1), também integramos o Núcleo UFSC da Rede CEDES, assim como o Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/UFSC).

O LaboMídia/UFSC – Laboratório e Observatório da Mídia esportiva - dispõe de espaço próprio na estrutura organizacional do Centro de Desportos da UFSC, e possui equipamentos destinados a estudos da relação esporte/lazer e mídia, representados por computadores e periféricos, softwares, acervo bibliográfico e de imagens, etc.

Além disso, temos realizado convênios com a rede CEDES desde 2007, através dos editais de chamada pública, que resultaram em apoio a três pesquisas implementadas pelo grupo, todas concluídas e transformadas em livros. Também firmamos uma parceria desde 2009, que resultou na proposta e criação do Repositório Institucional da Rede CEDES, hospedado na UFSC e administrado desde o LaboMídia/UFSC .

Entendemos que essas credenciais demonstram a viabilidade técnico-operacional do grupo para a realização da pesquisa proposta.

c) ORÇAMENTO DISCRIMINADO DOS RECURSOS FINANCEIROS SOLICITADOS:

- Valor solicitado: **R\$ 34.300,00** (trinta e quatro mil e trezentos reais), assim distribuídos:

1. **Despesas correntes (R\$ 29.300,00)**: aquisição de material de consumo, contratação de serviços de terceiros e pagamento de bolsistas, conforme a seguinte descrição:

- | | |
|---|---------------|
| a) Bolsas (3 x 12 x R\$ 450,00)..... | R\$ 16.200,00 |
| b) Serviços (PJ) de editoração do livro (800 x R\$ 12,00) | R\$ 9.600,00 |
| c) Serviços (PJ) de reprografia..... | R\$ 500,00 |
| d) Serviços (PJ) de transporte dos livros p/ Brasília..... | R\$ 500,00 |
| e) Serviços (PJ) de clipagem de TV..... | R\$ 2.500,00 |

2. **Despesas de capital (R\$ 5.000,00)**: aquisição de acervo bibliográfico e de equipamentos digitais que proporcionam a captação, registro e análise do material de campo, a saber:

- | | |
|---|--------------|
| a) Máquina filmadora digital HD..... | R\$ 2.000,00 |
| b) Pedaleira para transcrição de áudio..... | R\$ 500,00 |
| c) Software comercial para análise de conteúdo..... | R\$ 1.500,00 |
| d) Acervo bibliográfico..... | R\$ 1.000,00 |

d. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE 12 MESES (cf. anexo IV do manual de convênios):

| MINISTÉRIO DO ESPORTE | | PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO | | | | | | |
|---|----------|--|---|------------|-------------------------|--------------------------------|-------------------------|----------|
| 01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE | | | | | | 02- PROCESSO N° | | |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC | | | | | | | | |
| DADOS DO PROJETO | | | | | | | | |
| CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO | 03. META | 04. ETAPA/FASE | 05. ESPECIFICAÇÃO | | 06. INDICADOR FÍSICO | | 07. PERÍODO DE EXECUÇÃO | |
| | | | | | UNIDADE | QUANTIDADE | INÍCIO | TÉRMINO |
| | 01 | | Despesas correntes - pagamento de bolsas | | Bolsa | 36 | Data repasse | 12 meses |
| | 02 | | Despesas correntes - prestação de serviços – PJ | | Serviços | 04 | Data repasse | 12 meses |
| 03 | | Despesas de capital - material Permanente | | Equip. | 04 | Data repasse | 12 meses | |
| PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00) | 08. META | 09. ETAPA/FASE | 10. DESPESAS CORRENTES | | 11. DESPESAS DE CAPITAL | | 12. TOTAL | |
| | | | CONCEDENTE | PROPONENTE | CONCEDENTE | PROPONENTE | | |
| | 01 | | 16.200,00 | - | - | - | 16.200,00 | |
| | 02 | | 13.100,00 | - | - | - | 13.100,00 | |
| | 03 | | - | - | 5.000,00 | - | 5.000,00 | |
| 13. TOTAL | | | 29.300,00 | - | 5.000,00 | - | 34.300,00 | |
| AUTENTICAÇÃO | | | | | | | | |
| _____ | | _____/_____/_____ | | _____ | | _____ | | |
| DATA | | ASSINATURA DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE | | DATA | | ASSINATURA DO RESPONSÁVEL - ME | | |

e) Referências e Bibliografia a ser utilizada:

- ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.
- AREAIS, João Henrique. O negócio do esporte no Brasil e no mundo. In: ALMEIDA, C.J.M.; SOUZA, M.M.A.; LEITÃO, S.S. **Marketing esportivo ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS, Chalini Torquato Gonçalves. Radiodifusão brasileira e marco regulatório: Confecom e propostas recentes de reformulação. **Estudos em Jornalismo e Mídia** – v. 8, n. 1, jan-jun/2011.
- BETTI, Mauro. Copa do mundo e jogos olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, ano XXI, nº 32/33, p. 16-27. Jun-Dez./2009.
- BIANCHI, Paula; HATJE, Marli. Mídia e esporte: os valores-notícia e suas repercussões na sociedade contemporânea. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, ano XVIII, n. 27, dezembro/2006.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.
- DANTAS, Marcos. Resultados da 1ª Confecom: uma avaliação preliminar. Encontro da Compós, 18, **Anais...** Belo Horizonte, PUC-MG, 2009.
- GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, ano XXI, nº 32/33, p. 193-210, Jun-Dez./2009.
- GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda- setting? **Contemporanea**, v. 4, n. 1, jun/2006
- JAENISCH, Milena Boemo. Dilma Rousseff e José Serra em *CartaCapital* e *Veja*: uma análise dos enquadramentos dos (pré) candidatos à presidência em 2010. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 8, n. 1, jan.-jun/2011.
- JAMBEIRO, Othon. **TV no Brasil do século XX**. Salvador: EdUFBA, 2002.
- LOPES, Ivonete da Silva. O telejornalismo e as narrativas sobre o controle social dos meios de comunicação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 8, n. 1, jan.-jun./2011.
- MALULY, Luciano Victor Barros. Jornalismo esportivo – desafios e propostas. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, **Anais...** Caxias do Sul, 2-6/9/2010.
- MESQUITA, Flávio Agnelli. Esporte é (apenas) entretenimento? O lado político e econômico da cobertura midiática ao esporte olímpico brasileiro. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, **Anais...** Recife: 2-6/set/2011.

MEZZAROBA, Cristiano; PIRES, Giovani De Lorenzi. O agendamento midiático-esportivo: considerações a partir dos Jogos Pan-americanos Rio/2007. **Logos (UERJ. Online)**. , v.33, p.124 - 136, 2010.

PIRES, Giovani De Lorenzi (org.). **Observatório da mídia esportiva: a cobertura jornalística dos jogos abertos de Santa Catarina**. Florianópolis: Nova Letra, 2008.

_____. **O Brasil na Copa, a Copa no Brasil**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

_____. **Observando o Pan Rio/2007 na mídia**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2009.

PIRES, Giovani De Lorenzi. Cultura esportiva e mídia: abordagem crítico-emancipatória no ensino de graduação em Educação Física. In: BETTI, Mauro (Org.). **Educação Física e Mídia: novos olhares, outras práticas**. São Paulo: Hucitec, 2003.

PRONI, Marcelo W. Economia do Esporte: um campo de estudo em expansão. Encontro da ALESDE, 1, **Anais...** Curitiba, 30/10-01/11/2008-a

PRONI, W. Marcelo; ARAUJO, Lucas S.; AMORIM, Ricardo L.C. **Leitura econômica dos jogos olímpicos: financiamento, organização e resultados (texto para discussão nº 1356)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008-b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1356.pdf

RODRIGUES, Rejane Penna *et al.* (orgs.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

SANFELICE, Gustavo Roesse. **Os enquadramentos dos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo na cobertura de Daiane dos Santos nos jogos olímpicos de Atenas/2004: a midiaticização do resultado esportivo**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, PPPGCC/UNISINOS, 2007.

SILVA, Fernanda Mauricio. Jornalismo esportivo como área específica na televisão: o pacto sobre o papel do jornalismo no Globo Esporte e Bate-Bola. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, **Anais...** Rio de Janeiro, 5-9/9/2005.

SIMÕES, Cassiano Ferreira; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In; BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, Cesar Ricardo S. (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

VIDAL, Delcia Maria de Mattos. Notícias de interesse público e de interesse do público: a possibilidade de convergência desses interesses. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 12, **Anais...** Goiânia/GO, 27-29/maio/2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**, 6 ed. Lisboa: Presença, 2001.